

# VALIDADE EM INTERPRETAÇÃO

E. D. Hirsch Jr.

Tradução e apresentação:  
Samira Murad<sup>1</sup>

## apresentação

Publicado em 1967, *Validade em interpretação* de E. D. Hirsch Jr. é ainda hoje contribuição importante para o debate sobre a interpretação literária.

Compreendida por muitos como “o único jogo” da crítica literária, a interpretação coloca uma série de problemas ao intérprete no que diz respeito à escolha e validade dos critérios a serem utilizados. Pois, a título de exemplo, quando nos deparamos com um poema como “L’horloge” de Charles Baudelaire ou “The sick rose” de William Blake percebemos que, como os títulos indicam, os poemas tratam, num primeiro plano concreto, de um relógio e de uma rosa, respectivamente. Mas, este sentido mais imediato não esgota todos os planos de sentido possíveis. Ao contrário, a referência a tais objetos parece necessariamente apontar para planos de mais abstratos. Quando isto ocorre, como se dá a busca por este novo campo de referências? E como esta busca pode ser validada?

Ao longo da história, a crítica literária buscou dar respostas diversas a estas questões de interpretação. Encontramos, por exemplo, críticos que escolheram examinar a vida de um autor como chave de seus textos. É a crítica biográfica - fenômeno importante no século XIX e início do XX - que busca conhecer em detalhes a vida de um escritor para utilizá-la no jogo da atribuição de sentidos.

Contra ela, no século XX, elevaram-se as vozes de escritores e de críticos. No primeiro caso, temos, por exemplo, Proust que recusa o método de Sainte-Beuve, isto é, o conhecimento da vida social do escritor como critério de valor no julgamento estético de sua obra. No segundo caso, temos, entre outros, a Nova Crítica americana que, recusando a intenção autoral como critério para o julgamento estético, busca eleger a leitura cerrada do texto em si.

Expressa em “A falácia intencional”, a recusa da intenção autoral como critério de valor para o julgamento da obra de arte antecipa uma recusa mais geral ao autor que se deu no âmbito do que ficou conhecido como pós-estruturalismo.

É o caso, por exemplo, da “morte do autor”, proclamada por Roland Barthes em 1968. Desdobramento de um embate com a crítica universitária justamente sobre a validade de uma interpretação<sup>2</sup>, a morte anunciada por Barthes buscava validar o pluralismo interpretativo e reforçar a importância do leitor. Para Barthes, a figura do autor não poderia ser a “origem do texto” justamente porque a escrita, lugar por definição do pluralismo discursivo, seria a destruição de qualquer origem.

Partindo do princípio que o texto literário é constituído de discursos provenientes de diferentes épocas e culturas em constante diálogo, em constante debate, o lugar em torno do qual a multiplicidade

<sup>1</sup> Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo. Contato: [smurad@usp.br](mailto:smurad@usp.br)

<sup>2</sup> Ver *Crítica e Verdade*, de Roland Barthes.

textual estaria organizada não seria o autor, mas sim o leitor: “o leitor é o espaço mesmo onde estão inscritas, sem que nenhuma seja perdida, todas as citações das quais a escrita é feita” (BARTHES, 1968, p. 66)<sup>3</sup>. Para Barthes, não é a origem (o autor), mas a destinação (o leitor) que dá unidade ao texto, desde, é claro, que esta destinação não seja pessoal: o leitor deve ser um homem sem história, sem biografia, sem psicologia, deve ser apenas “alguém que retém em um mesmo campo todos os traços que constituem o escrito” (BARTHES, 1986, p. 67)<sup>4</sup>.

Assim, recusando o monismo do sentido que vê como decorrente da crítica biográfica e do estudo histórico-filológico do texto literário, Barthes postula um deslizamento perpétuo do sentido bastante próximo da desconstrução do discurso filosófico proposta por Jacques Derrida.

Como explica David Novitz (2002, p. 218) a crítica que Derrida faz à “metafísica da presença” e ao “logocentrismo” no discurso filosófico acaba levando à ideia de que “não há fatos extratextuais ou extralinguísticos que podem ser apreendidos diretamente e que podem, então, restringir o sentido que pode ser atribuído a qualquer sistema de signos”<sup>5</sup>.

Deslocando as colocações de Derrida para o campo da literatura, principalmente no que diz respeito ao problema da interpretação, alguns críticos desconstrucionistas como, por exemplo, Paul de Man, passaram a analisar a estratégia retórica dos textos literários de modo a evidenciar suas contradições.

Para estes críticos, a busca pelo que parece ser o sentido autoral de um texto não poderia ser jamais alcançada porque aquilo que parece estar valorizado na superfície do discurso literário estaria em contradição com suas outras dimensões. Como resultado, os textos literários funcionariam como alegorias da impossibilidade da leitura, isto é, da interpretação baseada nos critérios de verdade e erro.

As considerações de Barthes, Derrida e Paul de Man, formam o núcleo duro da posição anti-intencionalista, aquela que imagina que a utilização de qualquer referência à intenção ou história (pessoal ou social) do autor é contraproducente para os estudos literários. Somadas, estas posições saíram vitoriosas nos debates em torno da interpretação literária que ocorreram entre as décadas de 1960 e 1970, produzindo um consenso em torno da irrelevância do autor para os estudos literários que só recentemente começou a ser reavaliada, principalmente quando ficou evidente que a questão da autoria parece resistir quando o que se busca entender é a produção, circulação e recepção de textos.<sup>6</sup>

Neste contexto, conhecer os argumentos de E. D. Hirsch nos parece fundamental, principalmente quando vemos o crítico examinar cuidadosamente a lógica dos argumentos veiculados em defesa da irrelevância autoral. Dialogando mais diretamente com um grupo de textos restritos a seu momento histórico (argumentos contra o autor presentes no livro *Teoria da Literatura* de René Wellek e Austin Warren e em “A falácia intencional”), a argumentação de Hirsch acaba tocando em aspectos dos problemas discutidos também no âmbito do pós-estruturalismo. É assim que vemos, na tradução do capítulo 1 realizada, Hirsch discernir entre o sentido verbal de um texto e sua significância para o autor e para o leitor. Outro aspecto importante do capítulo traduzido é a discussão do sentido textual não como puro fenômeno de linguagem, regido por convenções, mas, de forma mais abrangente, como um problema fenomenológico que depende da consciência de um sujeito (o autor ou o leitor). Por tudo isso, mesmo defendendo uma

<sup>3</sup> « le lecteur est l'espace même où s'inscrivent, sans qu'aucune ne se perde, toutes les citations dont est faite une écriture ». Tradução minha, como todas as demais notas.

<sup>4</sup> « le lecteur et un homme sans histoire, sans biographie, sans psychologie; il est seulement ce quelqu'un qui tient rassemblées dans un même champ toutes les traces dont est constitué l'écrit ».

<sup>5</sup> “there are no extra-textual or extra-linguistic facts that could be apprehended directly and which could therefore serve to constrain the sense that could properly be derived from any system of signs”.

<sup>6</sup> Sobre este problema, ver Séan Burke, *The death and the return of the author* (2004).

posição minoritária no campo dos estudos literários, *Validade em interpretação* é leitura incontornável para quem busca compreender o complicado conflito, ainda em curso, sobre a literatura, no qual o que está em jogo é nada mais nada menos a própria natureza da obra de arte literária, seu funcionamento, sua função no mundo.

## Referências bibliográficas

- BARTHES, Roland. La mort de l'auteur. In: \_\_\_\_\_. *Le bruissement de la langue*. Paris : Éditions du Seuil, 1984, p. 61-67.
- BURKE, Séan. *The death and the return of the author*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.
- DE MAN, Paul. *Allégories de la lecture*. Paris: Éditions Galilée, 1989.
- ELLIS, John. *Against deconstruction*. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- NOVITZ, David. Postmodernism. In: GAUT, Berys; LOPES, Dominic McIver. *The routledge companion to aesthetics*. London: Routledge, 2002, p. 213- 223.
- STECKER, Robert. Interpretation. In: GAUT, Berys; LOPES, Dominic McIver. *The routledge companion to aesthetics*. London: Routledge, 2002, p. 321 – 333.
- WIMSATT, W; Beardsley, M. The Intentional Fallacy. In: *The verbal icon*. Lexington: University of Kentucky Press, 1954.

# VALIDADE EM INTERPRETAÇÃO

E. D. Hirsch Jr.

## CAPÍTULO 1: Em defesa do autor

*Já foi dito de Boehme que seus livros são como um piquenique para o qual o autor traz as palavras e o leitor o sentido. O comentário pode até ter sido pensando como uma crítica a Boehme, mas é uma descrição exata, sem exceção, de toda obra de arte literária.*  
Northrop Frye

### A. Banindo o autor

É tarefa do historiador da cultura explicar porque, nas últimas quatro décadas, vem ocorrendo um ataque pesado (e, em grande parte, vitorioso) contra a crença sensata de que um texto significa o que seu autor quis dizer. Na primeira e mais importante onda de ataques (provocada por Eliot, Pound e amigos), o campo de batalha era literário: a proposição de que o sentido textual é independente do controle do autor estava associada à doutrina literária que dizia que a melhor poesia é impessoal, objetiva e autônoma; que ela vive uma vida independente, totalmente separada da vida de seu autor.<sup>7</sup> Esta noção programática daquilo que a poesia deveria ser foi sendo sutilmente identificada com aquilo que toda poesia e, na verdade, todas as formas de literatura, deveriam necessariamente ser. Não era simplesmente desejável que a literatura estivesse separada do domínio subjetivo dos pensamentos e sentimentos do autor; ao contrário, era evidente que toda linguagem escrita é independente deste domínio subjetivo. Em um período ligeiramente posterior, e por razões diversas, esta mesma noção de autonomia semântica foi defendida por Heidegger e seguidores.<sup>8</sup> Esta ideia foi também defendida por escritores que acreditavam, com Jung, que a expressão individual pode, sem querer, expressar significados arquetípicos, de grupo. Em algumas áreas da linguística, particularmente na chamada teoria da informação, a autonomia semântica da linguagem funciona como uma hipótese de trabalho. A teoria encontrou outro refúgio no trabalho de não-jungianos que estavam interessados (como Eliot, anteriormente) em simbolismo, ainda que Cassirer, cujo nome é algumas vezes invocado por estes escritores, não acreditasse na autonomia semântica da linguagem.<sup>9</sup> Como dito, é trabalho do historiador da cultura explicar porque esta doutrina ganha importância nos tempos atuais, mas é trabalho do teórico determinar o quanto a teoria da autonomia semântica merece aceitação.

Os críticos literários frequentemente dizem que a teoria da irrelevância do autor foi inteiramente benéfica para os estudos e crítica literários, pois desviou o foco da discussão do autor para a obra. Sentindo-se mais confiante pela teoria, o crítico moderno passou a examinar o texto de forma cerrada e fiel, de modo

<sup>7</sup> A afirmação clássica está em T. S. Eliot "Tradition and the Individual Talent", Selected Essays (New York, 1932).

<sup>8</sup> Ver, como exemplo, Martin Heidegger, *Unterwegs zur Sprache* (Pfullingen, 1959).

<sup>9</sup> Ver Ernst Cassirer, *The Philosophy of Symbolic Forms: Vol: 1, Language*, trans. R. Manheim (New Haven, 1953), em particular as páginas 69, 178, 213, 249-50 e *passim*.

a revelar seu sentido independente ao invés de buscar a suposta significância da obra para a vida do autor. A maioria dos críticos concordaria que esta mudança na direção da exegese foi importante, estejam ou não de acordo com a teoria da autonomia semântica. Mas esta teoria acompanhou o movimento exegético por razões históricas e não por razões lógicas, uma vez que nenhuma necessidade lógica compele o crítico a banir o autor para analisar o texto. Entretanto, por meio da associação histórica com a leitura cerrada, a teoria vem liberando sutileza e inteligência. Infelizmente, ela também vem frequentemente encorajando a mais pura arbitrariedade e extravagância na crítica acadêmica e é uma razão importante para o ceticismo prevalente que duvida da possibilidade de uma interpretação objetivamente válida do texto literário. Tais desvantagens seriam toleradas, é claro, se a teoria fosse verdadeira. Em questões intelectuais, o ceticismo é preferível à ilusão.

As desvantagens da teoria não poderiam ser antecipadas nos emocionantes dias em que a velha ordem da crítica acadêmica estava sendo derrotada. Naquele tempo, tais ingenuidades como o viés positivista da história literária, a procura das influências e outros padrões causais e a fascinação pós-romântica com os hábitos, sentimentos e experiências que cercam o ato de composição foram, muito justamente, atacadas. Tornou-se cada vez mais evidente que as bases teóricas da antiga crítica eram frágeis e inadequadas. Não se pode dizer, conseqüentemente, que a teoria da irrelevância do autor era inferior às teorias ou semi-teorias por ela substituídas, nem se pode duvidar que o efeito imediato do banimento do autor foi inteiramente benéfico e revigorante. Agora, a uma distância de várias décadas, as dificuldades que cercam a teoria da autonomia semântica emergiram claramente e são responsáveis por um mal-estar que persiste na academia, ainda que esta teoria tenha saído, há tempos, vitoriosa.

Que este estado de desordem e ceticismo acadêmico é, em grande parte, resultado da teoria da irrelevância do autor é, a meu ver, um fato de nossa recente história intelectual. Pois, uma vez que o autor é, sem qualquer piedade, banido como um fator determinante do sentido do texto, tornou-se gradualmente claro que não existe nenhum princípio adequado para julgar a validade de uma interpretação. Por uma necessidade interna, o estudo do que “um texto diz” tornou-se o estudo do que um texto diz para um crítico em particular. Tornou-se bastante moderno falar da “leitura” de determinado crítico e esta palavra começou a aparecer nos títulos de obras eruditas. A palavra “leitura” parece implicar que, se o autor foi banido, o crítico permanece e que sua “leitura” relevante, engenhosa, urbana, original, nova tem interesse intrínseco.

O que não foi percebido durante o entusiasmo inicial pela volta ao “que o texto diz” foi que o texto tem de representar o sentido de *alguém* – se não do autor, então do crítico. É verdade que uma teoria foi erigida em torno da ideia de que o sentido do texto tornava-se igual a tudo o que, de forma plausível, ele poderia significar (descrevo no Apêndice 1 as falácias desta e de outras descrições do sentido que buscavam escapar das dificuldades da irrelevância do autor)<sup>10</sup>. A teoria da autonomia semântica tem tantas formulações insatisfatórias e *ad hoc* porque, em seu zelo de banir o autor, ignorou o fato de que o significado é uma questão de consciência e não de palavras. Praticamente qualquer sequência de palavras pode, sob as convenções da linguagem, representar legitimamente mais de um conjunto de sentidos.<sup>11</sup> Uma sequência de palavras não significa nada em particular até que alguém ou signifique algo por ela ou compreenda algo a partir dela. Não há uma terra mágica de sentidos fora da consciência humana. Toda vez que um sentido é conectado a palavras, uma pessoa está fazendo esta conexão e os sentidos particulares que empresta a essas palavras não são nunca os únicos legítimos em conformidade com as normas e convenções de sua linguagem.

<sup>10</sup> Ver, em especial, as páginas 224-35.

<sup>11</sup> O exemplo, ao acaso, que utilizo mais a frente neste livro é a sentença: “Vou à cidade hoje”. Diferentes sentidos podem ser conferidos a essa sentença pelo simples fato de enfatizar cada uma das seis diferentes palavras que formam a frase.

Uma prova de que as convenções da linguagem permitem diferentes sentidos em uma mesma sequência de palavras encontra-se no fato de que intérpretes podem discordar e, de fato, discordam. Quando estas discordâncias ocorrem, como elas são resolvidas? De acordo com a teoria da autonomia semântica, elas não podem ser resolvidas, uma vez que o sentido não está naquilo que o autor quis dizer, mas “naquilo que o poema significa para diferentes leitores sensíveis”<sup>12</sup>. Uma interpretação é tão válida quando qualquer outra, desde que “sensível” ou “plausível”. E, no entanto, o professor de literatura que adere à teoria de Eliot é também, por profissão, um conservador da herança cultural e um provedor de conhecimento. Com que base pode então alegar que sua “leitura” é mais válida que a de qualquer aluno? Não há base para isso. Este impasse é a principal causa da desorientação, algumas vezes sentida, mas não frequentemente confessada, pelos críticos acadêmicos.

Uma teoria *ad hoc*, proposta para evitar esta democracia caótica de “leituras”, merece atenção especial aqui, pois envolve o problema do valor, um problema que preocupa alguns dos teóricos modernos da literatura. A mais válida leitura de um texto é sua “melhor” leitura.<sup>13</sup> Mas, mesmo se assumirmos que o crítico realmente teve acesso a esse critério divino pelo qual pode determinar a melhor leitura, ele ainda teria de lidar com dois ideais normativos igualmente atraentes – o melhor sentido e o sentido do autor. Além disso, se os melhores sentidos não são os do autor, então terão de ser do crítico – e, portanto, o crítico seria o autor do melhor sentido. Toda vez que o sentido liga-se a uma sequência de palavras é impossível escaparmos de um autor.

Assim, quando os críticos deliberadamente baniram o autor, eles próprios usurparam seu lugar e isto fatalmente produziu algumas das dificuldades teóricas recentes. Onde, antes, havia apenas um autor, agora surge uma multiplicidade deles, cada um com tanta autoridade como os demais. Banir o autor como o determinador do sentido foi rejeitar o único princípio normativo que poderia garantir validade a uma interpretação. Por outro lado, é possível que, de fato, não haja um ideal normativo viável que governe a interpretação de textos. Esta seria a consequência se algum dos diversos argumentos contrários ao autor pudesse ser sustentado. Pois, se o sentido de um texto não é o sentido conferido por seu autor, então nenhuma interpretação corresponde ao sentido do texto, uma vez que um texto não pode ter um sentido determinado ou determinável. Minha demonstração deste ponto pode ser encontrada no Apêndice I e nas seções sobre determinação no Capítulo 2<sup>14</sup>. Se um teórico busca salvar o ideal da validade, ele tem também de salvar o autor e, no contexto atual, sua primeira tarefa é mostrar que os argumentos correntes contra o autor são questionáveis.

## B. “O sentido de um texto muda – até para seu autor”

Uma doutrina amplamente aceita no momento atual é de que o sentido de um texto muda.<sup>15</sup> De acordo com esta visão radicalmente historicista, o sentido textual muda de época para época; de acordo com a visão psicologista, o sentido muda de uma leitura para outra. Dado que as supostas mudanças de sentido experimentadas pelo próprio autor devem estar limitadas a um período histórico relativa-

<sup>12</sup> A frase é de T. S. Eliot, *On poetry and poets* (New York, 1957), p. 126.

<sup>13</sup> Seria descortês nomear qualquer crítico individual como o responsável por esta noção imprecisa e disseminada. Pela “melhor” leitura, é claro, alguns críticos querem dizer a leitura mais válida, mas a ideia de “melhor” é largamente utilizada para abarcar indiscriminadamente tanto a ideia de validade como os valores estéticos de riqueza, abrangência, tensão ou complexidade – como se validade e excelência estética fossem, de alguma forma, idênticas.

<sup>14</sup> Ver páginas 44-48, 225-30.

<sup>15</sup> Ver René Wellek e Austin Warren, *Theory of Literature* (New York, 1948), capítulo 12.

mente curto, apenas a visão psicologista deverá nos preocupar aqui. É verdade que se qualquer teoria da mutabilidade semântica estiver correta, seria legítimo banir o sentido do autor como princípio normativo na interpretação, pois se o sentido textual pode mudar em qualquer aspecto não poderíamos ter qualquer princípio para distinguir uma interpretação válida de uma falsa. Mas, este é ainda outro problema que será discutido em um momento conveniente.<sup>16</sup> Aqui, não há necessidade de discutirmos estes problemas normativos gerais (e insolúveis) que podem ser levantados se o sentido pode realmente mudar, mas apenas as condições que levaram críticos a acusarem o autor de tal inconstância.

Qualquer um que já tenha escrito sabe que sua opinião sobre seu próprio texto modifica-se e que sua resposta a seu próprio texto varia de leitura para leitura. Com frequência, um autor se dá conta de que não concorda mais com o sentido ou expressão anterior, o que o leva a revisar o texto. Nosso problema, é claro, não tem nada a ver com a revisão ou até com o fato de que um autor pode explicar seu sentido de forma diferente em diferentes momentos, uma vez que autores podem ser, às vezes, explicadores inep-tos de seu sentido, como Platão observou. Até o caso enigmático de um autor que não entende mais seu próprio texto é irrelevante para o nosso problema, uma vez que esta dificuldade ocorre pelo fato de que o autor, como qualquer outra pessoa, pode esquecer o que quis dizer. Todos sabemos que, às vezes, uma pessoa lembra-se corretamente e às vezes não e, às vezes, uma pessoa reconhece sua falha de memória e a corrige. Nada disso tem qualquer interesse teórico.

Quando os críticos afirmam que a compreensão que um autor tem de seu próprio texto modifica-se, referem-se à experiência que todos têm quando releem seu próprio texto. A resposta do autor ao texto é diferente. Este é um fenômeno que certamente tem importância teórica, ainda que não do tipo que, às vezes, lhe é atribuído. O fenômeno da resposta autoral modificada é importante porque ilustra a diferença entre o sentido textual e aquilo que é nomeado, de forma ampla, a “resposta” ao texto.

Provavelmente, os exemplos mais extremos deste fenômeno são os casos de repúdio, por parte do autor, de seu próprio texto, tal como o ataque público de Arnold a sua obra-prima *Empedocles on Etna* ou a rejeição de Schelling de toda a filosofia que escreveu antes de 1809. Nestes casos, não pode haver a menor dúvida de que a resposta posterior do autor ao texto foi bem diferente da original. Ao invés de lhe parecer belo, profundo ou brilhante, o texto lhe pareceu enganador, trivial ou falso e seu sentido não era mais aquele que o autor queria transmitir. Porém, estes exemplos não mostram que o sentido de um texto modificou-se, mas precisamente o contrário. Se o sentido da obra tivesse mudado (ao invés de ter mudado o autor e suas atitudes), então o autor não teria tido necessidade de repudiar seu sentido e poderia ter poupado o desconforto de uma retratação pública. Sem dúvida, a significância da obra modificou-se bastante para o autor, mas o sentido não se modificou nem um pouco.

Esta é o ponto-chave do problema para todos os casos de mutabilidade autoral de que tenho conhecimento. Não é o sentido do texto que foi modificado, mas sua significância para o autor. Esta distinção é frequentemente ignorada. O sentido é aquilo que é representado pelo texto, é aquilo que o autor quis dizer por meio do uso de uma sequência de signos particular; é aquilo que o signo representa. A significância, por outro lado, nomeia a relação entre o sentido e uma pessoa, um conceito, uma situação ou, de fato, qualquer coisa imaginável. Autores, como qualquer outra pessoa, modificam suas atitudes, sentimentos, opiniões e critérios de valor ao longo do tempo e vão obviamente, ao longo do tempo, ver sua própria obra em contextos diferentes. Claramente, o que se modifica para eles não é o sentido da obra,

<sup>16</sup> Essa discussão encontra-se no Apêndice I, p 212-16. Para ser claro, devo, entretanto, indicar ao leitor que o sentido verbal pode ser o mesmo para diferentes intérpretes pelo fato de que o sentido verbal tem a característica de ser um tipo. O tipo cobre uma série de atualizações (um exemplo seria um fonema) e ainda assim cada atualização continuaria (como no caso do fonema) sendo um mesmo tipo. Este último ponto é mais bem explicado no Capítulo 2, Seção D e no Apêndice III, p. 266-70.

mas, mais propriamente, sua relação com este sentido. A significância sempre implica uma relação e um polo constante, imutável desta relação é o sentido de um texto. O fracasso em considerar esta distinção simples, mas essencial, é fonte de enorme confusão na teoria hermenêutica.

Se realmente acreditarmos que o sentido de um texto modifica-se para seu autor, só há um meio de sabermos disso: o autor tem de nos dizer. Como saber de outra maneira que sua compreensão modificou-se – sendo a compreensão um fenômeno privado e silencioso? Mesmo se um autor relatar que sua compreensão do sentido foi modificada, não devemos ser desencorajados pela implausibilidade da afirmação, mas seguir suas implicações com espírito meditativo. O autor teria de relatar algo assim: “Por estas palavras, quis dizer isto e isto, mas agora percebo que, na verdade, queria dizer outra coisa” ou “Por estas palavras, quis dizer isto e aquilo, mas insisto que, de agora em diante, elas devem significar outra coisa”. Uma ocorrência como está é improvável porque os autores que se sentem assim geralmente fazem uma revisão de seu texto de modo a transmitir o novo sentido de forma mais eficaz. Ainda assim, este é um evento que *pode* ocorrer e a existência desta possibilidade mostra, uma vez mais, que a mesma sequência de sinais linguísticos pode representar mais de um conjunto de sentidos.

Porém, mesmo que um autor de fato mude de ideia sobre o sentido que quer transmitir com suas palavras, ele não pode modificar seu sentido inicial. Isto é facilmente demonstrado por seu próprio relato. O autor pode reportar uma mudança em sua compreensão apenas quando compara sua primeira construção de sentido com a segunda. Esta é a única forma de saber que há uma diferença: o autor contempla os dois sentidos e rejeita o primeiro. Mas seu primeiro sentido não foi de forma alguma alterado. Tal relato do autor apenas força o intérprete a escolher com qual dos dois sentidos irá ocupar-se. O intérprete terá de decidir qual “texto” quer interpretar no momento. O crítico estará fadado a ter dificuldades se confundir um texto com o outro ou se assumir que a vontade do autor é irrelevante para sua tarefa interpretativa.

Este exemplo é, como disse, improvável. Não tenho conhecimento de nenhuma instância na qual um autor foi tão excêntrico a ponto de relatar, sem qualquer intenção de enganar, que agora quer dizer uma coisa com o texto que não queria dizer anteriormente. (Mentiras deliberadas são, é claro, outro problema; elas têm tanto interesse teórico como as falhas de memória). Fui forçado a este exemplo improvável pela improbabilidade da tese original, a saber, que o sentido de um autor modifica-se para si próprio. O que o exemplo mostrou, ao contrário, é que o sentido original de um autor *não pode* mudar – nem para si mesmo, ainda que possa, certamente, ser repudiado. Quando os críticos falam de mudança de sentido, em geral, referem-se a mudanças na significância. Tais mudanças são, é claro, previsíveis e inevitáveis, e uma vez que o objeto primeiro da crítica, diferentemente da interpretação, é a significância, falarei mais sobre esta distinção no decorrer do livro, principalmente no capítulo 4. No momento, o suficiente já foi dito de forma a demonstrar que a reavaliação da significância de um texto por seu autor não altera o sentido do texto e, além disso, que os argumentos que se valem destes exemplos não são armas efetivas para atacar nem a estabilidade nem a autoridade normativa do sentido original de um autor.

### C. “Não importa o que um autor quis dizer – apenas o que seu texto diz”

Como mostrei na seção A, este importante princípio da doutrina da autonomia semântica é crucial para o problema da validade. Se tal princípio for verdadeiro, então qualquer leitura de um texto seria “válida”, uma vez que qualquer leitura corresponderia ao que o texto “diz” – para determinado leitor. É inútil introduzir conceitos normativos como “sensível”, “plausível”, “rico” e “interessante”, pois aquilo que o texto diz pode não ser, no final das contas, nenhuma dessas coisas. A validade interpretativa não

é a mesma coisa que a inventividade interpretativa. A validade implica a correspondência de uma interpretação com o sentido que está representado no texto e nenhum dos critérios de discriminação de interpretações acima poderia ser aplicado a um texto que é sem graça, simples, insensível, implausível ou desinteressante. Um texto como esse pode não ser digno de interpretação, mas um critério de validade que não pode dar conta de um texto assim não merece crédito.

É quase sempre certo que os proponentes da autonomia semântica na Inglaterra e nos Estados Unidos apontem o exemplo de T. S. Eliot, que mais de uma vez recusou-se a comentar o sentido de seus textos. A recusa de Eliot baseava-se no ponto de vista de que o autor não tem controle sobre as palavras que soltou no mundo, não tendo nenhum privilégio especial como seu intérprete. Seria muito inconsistente em relação a este ponto de vista se Eliot tivesse se queixado quando alguém tivesse interpretado mal seus escritos e, até onde sei, Eliot, com uma estoica consistência, nunca se queixou. Mas Eliot nunca chegou a afirmar que ele não quis dizer nada em particular com seus escritos. Presume-se que quis, de fato, dizer alguma coisa por meio deles e é uma tarefa lícita tentar descobrir o que quis dizer. Este tipo de tarefa tem um objeto determinado e pode, portanto, ser realizada de forma correta ou incorreta. Por outro lado, a tarefa de determinar aquilo que o texto diz não tem objeto determinado, uma vez que um texto pode dizer coisas diversas para leitores diferentes. Uma leitura é tão válida quanto qualquer outra. Entretanto, a objeção decisiva à teoria da autonomia semântica não está no fato de que ela falha em fornecer um critério de validade adequado. A objeção deve ser buscada na teoria em si e na imperfeição dos argumentos utilizados para sustentá-la.

Um argumento agora famoso baseia-se na distinção entre a simples intenção de realizar algo e a realização concreta desta intenção. O desejo autoral de comunicar um sentido em particular não é necessariamente igual ao seu sucesso em fazê-lo. Dado que a realização efetiva é o que está apresentado no texto, qualquer tentativa de adivinhar sua intenção igualaria, de maneira falsa, o desejo privado e a realização pública. O sentido de um texto é um acontecimento público. A grande disseminação deste argumento e sua aceitação como um axioma da crítica literária recente pode ser atribuída à influência do vigoroso ensaio, “A falácia intencional”, escrito por W. K. Wimsatt e Monroe Beardsley, inicialmente publicado em 1946.<sup>17</sup> O crítico dos argumentos do ensaio tem de enfrentar a dificuldade de distinguir entre o ensaio em si e seu uso popular, pois aquilo que é largamente aceito como uma verdade estabelecida não foi e não poderia ser argumentado com sucesso no ensaio. Ainda que Wimsatt e Beardsley façam a distinção cuidadosa entre três tipos de evidência intencional, reconhecendo duas delas como corretas e admissíveis, estas distinções e qualificações cuidadosas desapareceram da versão popular que consiste no fácil e falso dogma que a intenção do autor é irrelevante para o sentido do texto.

A melhor maneira de indicar aquilo que é falacioso nesta versão popular é discutir, em primeiro lugar, a dimensão na qual o argumento é perfeitamente válido – a avaliação. Seria absurdo avaliar a felicidade estilística de um texto sem distinguir entre a intenção autoral de transmitir um sentido e, por outro lado, a efetividade dessa transmissão. Seria igualmente absurdo julgar a profundidade de um tratado sobre moralidade sem distinguir entre a intenção autoral de ser profundo e o sucesso do autor nesta empreitada. A avaliação constantemente distingue entre a intenção e a realização. Um exemplo: um poeta tem a intenção, em um poema de quatro linhas, de transmitir uma sensação de desolação, mas aquilo que consegue transmitir, para alguns leitores, é a sensação de que o mar é úmido e, para outros, que o crepúsculo aproxima-se. Claramente, a intenção de transmitir desolação não é idêntica a sua efetividade estilística e os anti-intencionalistas apontam isso muito propriamente. Mas a falácia intencional é mais

<sup>17</sup> *Sewanee Review*, 54 (1946). Republicado em William K. Wimsatt, Jr; *The verbal icon: studies in the meaning of poetry* (Lexington, Ky., 1954).

propriamente aplicável apenas ao sucesso artístico e a outros critérios normativos como profundidade, consistência, etc. O anti-intencionalista defende, muito corretamente, o direito e o dever do crítico de julgar livremente utilizando seus próprios critérios, expondo as discrepâncias entre o desejo e o ato. Porém, a falácia intencional não tem aplicação nenhuma em relação ao sentido verbal. No exemplo acima, o único sentido universalmente válido do poema é o sentimento de desolação. Se o crítico não entender este ponto, ele não poderá realizar um julgamento acurado, a saber, que o sentido foi expresso de forma inepta ou até que tal sentido não vale a pena ser expresso.

Subjacente à chamada falácia intencional e, de forma mais geral, à doutrina da autonomia semântica está uma suposição que, se verdadeira, ao menos deixaria plausível o ponto de vista de que o sentido de um texto é independente da intenção de seu autor. Refiro-me ao conceito do consenso público. Se um poeta tem a intenção de transmitir desolação em um poema, e se para todo leitor competente seu poema transmite apenas o sentimento de que o crepúsculo está se aproximando, então tal unanimidade funcionaria como um argumento forte (nesta instância) para a irrelevância prática da intenção autoral. Mas, quando tal unanimidade ocorre? Se ela existisse de forma geral, não haveria qualquer problema de interpretação.

O mito do consenso público foi decisivo na ampla aceitação da doutrina que diz que a intenção autoral é irrelevante para aquilo que o texto diz. O mito permite a crença que a “fala” do texto é um fato público governado, de forma firme, por convenções públicas. Mas se este sentido público existe, por que nós, que somos o público, discordamos? Há apenas um grupo de pessoas que constitui o verdadeiro público, enquanto que o resto de nós é herético ou excluído? Por qual padrão julga-se que um insight correto nas normas públicas está ausente em todos aqueles leitores que são (com exceção do texto em questão) leitores de texto competentes? A ideia de um sentido público que não é promovido pela intenção autoral, mas por um consenso público baseia-se num erro fundamental de observação e de lógica. É um fato empírico que o consenso não existe e é um erro lógico erigir um conceito normativo estável (a saber, o sentido público) a partir de um conceito descritivo instável. O sentido público de um texto nada mais é que os sentidos que o público construiu a partir do texto. Qualquer sentido que dois ou mais membros do público constroem é *ipso facto* parte das normas públicas que governam a linguagem e sua interpretação. *Vox populi: vox populi.*

Se um texto significa o que diz, então ele não significa nada em particular. O que está dito não tem existência determinada, mas deve ser a fala do autor ou do leitor. O texto não existe nem como uma sequência de palavras até que seja construído; até lá, é apenas uma sequência de signos. Até porque, algumas vezes, as palavras podem ter homônimos (o que, por analogia, pode acontecer com textos inteiros) e, às vezes, a mesma palavra pode funcionar como uma palavra bem diferente. Por exemplo, quando lemos, em *Intimations Ode* de Wordsworth, a frase “most worth to be blessed”<sup>18</sup>, devemos entender a palavra “most” como um superlativo ou apenas como um advérbio de intensidade como “muito”? Até neste nível básico, o sentido dos signos pode ser constituído de forma variada e até que sejam constituídos, o texto não “diz” nada.

#### D. “O sentido do autor é inacessível”

Uma vez que somos todos diferentes do autor, não podemos reproduzir em nós o sentido que este teve a intenção de transmitir e mesmo que, por algum acidente, pudéssemos fazer isto, ainda assim não estaríamos certos de que ter conseguido. Por que, então, nos preocuparmos com uma tarefa que é

<sup>18</sup> Optamos por manter o texto no original, pois a tradução já seria uma interpretação das possibilidades que Hirsch discute. As traduções possíveis seriam “os maiores merecedores de bênçãos” ou “os muito merecedores de bênçãos”. (Nota do tradutor).

inerentemente impossível quando podemos empregar nossas energias em ocupações mais úteis como transformar o texto em algo relevante para nossas preocupações atuais ou julgar se ele se conforma com altos padrões de excelência? O objetivo de reproduzir um passado privativo e inacessível deve ser rejeitado como uma empreitada fútil. É claro que é essencial entender alguns dos fatos públicos da linguagem e da história, de forma a não deixarmos escapar alusões ou confundir o sentido contemporâneo das palavras, mas essas tarefas preliminares estão claramente no domínio público, não se referindo a um mundo privado, para além do alcance da linguagem escrita.

Antes de tocar no problema central deste argumento - a saber, que o sentido intencionado pelo autor não pode ser conhecido - gostaria de fazer uma observação sobre o argumento secundário que trata da dimensão pública e privada do sentido textual. De acordo com este argumento, seria um erro confundir um fato público - a linguagem - com um fato privado, pessoal - a mente do autor. Mas, nunca encontrei uma interpretação que inferiu sentidos verdadeiramente privados de um texto. Um intérprete pode, claro, inferir sentidos que, de acordo com nosso julgamento, não poderiam, sob nenhuma hipótese, serem aplicados às palavras do autor, mas, neste caso, rejeitaríamos esta interpretação não porque ela é privativa do autor mas porque está provavelmente errada. Aquele sentido, dizemos, não pode estar implicado por estas palavras. Se nosso ceticismo for compartilhado por todos os leitores da interpretação, então seria razoável dizer que a interpretação é pessoal. Entretanto, é muito raro que uma interpretação não tenha, ao menos, alguns apoiadores, e se ela tiver pelo menos alguns, então ela não é pessoal; é, quanto muito, improvável.

Toda vez que uma interpretação consegue convencer outra pessoa, este fato prova, sem qualquer dúvida, que as palavras do autor *podem*, de forma pública, implicar tal sentido. Dado que o sentido interpretado *foi* transmitido para outra pessoa e, de fato, para, pelo menos, duas outras pessoas, a única questão interpretativa significativa é: "O autor realmente intencionou aquele sentido público com suas palavras?" Objetar que tal sentido é altamente pessoal e não deve ter sido pensado de forma intencional é um julgamento estético e moral legítimo, mas é irrelevante para a questão do sentido. O sentido - se realmente o autor o significou - provou ser público e se o intérprete pode realizar sua tarefa de forma correta, o sentido tornou-se disponível para uma fatia ampla do público. É apenas contraditório para um membro do público afirmar que: "Sim, percebo que o autor realmente quis dizer isto, mas este é um sentido privado e não público".

O impulso que está por detrás deste tipo de argumento contraditório baseia-se num insight correto que deve ser colocado em termos mais adequados que "público" e "privado". O problema é, antes de tudo, estético e moral. É adequado pedir aos autores que tenham consideração para com seus leitores, que utilizem sua herança linguística considerando a humanidade em geral e não apenas alguns poucos escolhidos. Ainda assim, muitos usos linguísticos novos podem, com certeza, desconcertar a humanidade em geral até que os leitores habituem-se a eles. Muitas vezes, o risco de recorrer a implicações semi-privativas - inicialmente acessível a apenas alguns poucos - vale a pena, principalmente quando o novo uso é amplamente compreendido. A linguagem é expandida por meio dessas inovações arriscadas. Entretanto, a objeção mais sólida para os ditos sentidos privados não está relacionada com o julgamento moral e estético, mas com a prática da interpretação. Aqueles intérpretes que buscam por implicações pessoais em elocuições formalizadas como poemas, muitas vezes negligenciam limitações e convenções de gênero das quais o autor estava bem consciente. Quando um autor compõe um poema, ele geralmente tem a intenção de produzir uma elocução cujas implicações não sejam obscuramente autobiográficas. Pode haver exceções para esta regra heurística e os tipos poéticos são excessivamente variados para garantir

qualquer generalização não qualificada sobre as convenções da poesia e as intenções dos autores, mas muitos intérpretes, no passado, buscaram sentidos autobiográficos mesmo quando tal intenção não estava presente. Tais intérpretes foram insensíveis às convenções sociais observadas pelo autor e a sua intenção. A falácia deste tipo de interpretação não está no fato de que os sentidos inferidos são pessoais, mas no fato de que provavelmente não foram os sentidos do autor. Que um sentido seja autobiográfico, isto é uma questão neutra e em si irrelevante na interpretação. O único aspecto que deve ser levado em conta é se a interpretação está provavelmente certa.

A distinção genuína entre sentido público e sentido privado está na primeira parte do argumento, na qual se afirma que o sentido intencionado pelo autor não pode ser conhecido. Dado que não podemos entrar na cabeça do escritor, é inútil preocupar-se com uma intenção que não pode ser observada e igualmente inútil tentar reproduzir uma experiência de sentido privada que não pode ser reproduzida. Ora, a afirmação de que o sentido autoral não pode ser reproduzido pressupõe o mesmo tipo de teoria psicológica do sentido que está na base da noção de que o sentido autoral modifica-se até para o autor. Nem mesmo o autor pode reproduzir seu sentido original porque nada pode trazer de volta sua experiência original de sentido. Mas, como sugeri, a irreprodutibilidade da experiência de sentido não é a mesma coisa que a irreprodutibilidade do sentido. A identificação psicologista do sentido textual com a experiência de sentido é inadmissível. As experiências de sentido *são* privadas, mas elas não são sentidos<sup>19</sup>.

O argumento mais relevante a ser considerado aqui é aquele que afirma que o sentido intencionado pelo autor não pode ser conhecido *com certeza*. Este argumento não pode ser adequadamente examinado pelo fato de ser autoevidente. Não posso nunca saber o sentido de alguma outra pessoa com toda a certeza porque não posso entrar em sua cabeça para comparar o sentido intencionado com o sentido compreendido e apenas este tipo de comparação direta poderia fazer com que tivesse a certeza de que o sentido do autor e o meu sentido são idênticos. Mas não devemos permitir que este fato óbvio sancione a claramente apressada conclusão de que o sentido intencionado pelo autor é inacessível, sendo, portanto, um objeto inútil para a interpretação. É um erro lógico confundir a impossibilidade de certeza na compreensão com a impossibilidade de compreensão. É um erro similar, ainda que mais sutil, igualar conhecimento com certeza. Diversas disciplinas não buscam a certeza e quanto mais sofisticada é a metodologia de uma disciplina, menos provável é que seu objetivo seja definido em termos de certeza de conhecimento. Dado que é impossível termos certeza genuína na interpretação, o objetivo da disciplina deve ser, com base naquilo que se conhece, buscar o consenso de que a interpretação correta foi *provavelmente* obtida. O problema não é se a certeza é acessível ao intérprete, mas se o sentido intencionado pelo autor *lhe* é acessível. A compreensão correta é possível? Esta é a questão levantada pela tese que estamos investigando.

A maioria de nós diria que o sentido autoral é apenas parcialmente acessível a um intérprete. Não podemos conhecer todos os sentidos que o autor imaginou quando escreveu seu texto, como podemos inferir de dois tipos de evidências. Toda vez que falo, estou usualmente imaginando (“tendo em mente”) sentidos que estão fora do assunto de meu discurso. Além disso, estou sempre consciente de que os sentidos que posso transmitir por meio do discurso são mais limitados que aqueles sentidos que posso imaginar. Não posso, por exemplo, transmitir adequadamente, por meio de palavras, muitas das minhas percepções visuais – ainda que estas percepções sejam sentidos, isto é, objetos da consciência. É mesmo provável que nenhum texto possa, em momento algum, transmitir todos os sentidos que o autor tinha em mente quando escreveu.

<sup>19</sup> Ver o Capítulo 2, seção B e Capítulo 4, seções A e B.

Mas este fato óbvio não é decisivo. Por que alguém de juízo gostaria de igualar o sentido textual autoral com todos os sentidos que o autor pode imaginar quando escreveu? Ele não buscou transmitir todos esses sentidos por meio de suas palavras. Qualquer autor sabe que elocuições escritas podem transmitir apenas sentidos verbais – isto é, sentidos que podem ser transmitidos a outros pelas palavras utilizadas. A interpretação de textos diz respeito apenas a sentidos compartilháveis e não é tudo que pensei quando escrevi que pode ser compartilhado com outros por meio de minhas palavras. De modo oposto, muito de meus sentidos compartilháveis são sentidos sobre os quais não estava pensando de forma direta. São os chamados sentidos inconscientes.<sup>20</sup> Isto trai uma concepção totalmente inadequada do sentido verbal que o equaciona com aquilo que o autor “tem em mente”. A única questão que pode ser disputada aqui é se o sentido *verbal* que foi intencionado pelo autor está acessível para o intérprete de seu texto.

A maioria dos autores acredita na acessibilidade de seu sentido verbal, senão a maioria não escreveria. Porém, ninguém pode defender esta crença universal de forma irrefutável. Nem o autor nem o intérprete podem ter certeza que a comunicação ocorreu e nem que ela pode ocorrer. Mas, novamente, a certeza não é o ponto em discussão. É muito mais provável que um autor e um intérprete possam imaginar sentidos idênticos do que não possam. A fé que os falantes têm na possibilidade da comunicação foi construída pelo próprio processo de aprendizado de uma língua, principalmente naquelas instâncias em que as ações de um intérprete confirmaram ao autor que ele foi entendido. Essas confirmações primitivas são a base de nossa crença em modos de comunicação menos primitivos. A inacessibilidade do sentido verbal é uma doutrina que nossa experiência sugere ser falsa, ainda que nem experiência nem argumento possam provar sua falsidade. Mas, uma vez que a doutrina cética da inacessibilidade é altamente improvável, ela deve ser rejeitada como hipótese de trabalho na interpretação.

Claro, é bastante razoável tomar uma posição cética que é menos abrangente que a tese que estamos examinando: alguns textos podem, por causa de seu caráter ou idade, representar sentidos autorais que são agora inacessíveis. Ninguém, acredito, negaria esta forma razoável de ceticismo. Versões similares deste ceticismo, são, entretanto, bem menos aceitáveis, principalmente naquelas teorias que negam a acessibilidade do sentido autoral toda vez que um texto provém de uma era cultural mais antiga ou toda vez que um texto é literário. Estas posições são endêmicas, respectivamente, ao historicismo radical e à teoria que os textos literários são ontologicamente distintos de textos não literários. Ambas as teorias serão postas à prova nos capítulos seguintes. Porém, ainda que estas teorias fossem aceitáveis, elas ainda não poderiam defender a tese de que o sentido verbal do autor é inacessível, pois esta é uma generalização empírica que nenhuma teoria ou experiência pode confirmar ou negar definitivamente. Ainda assim, com um alto grau de probabilidade, tal generalização é falsa, e é impossível e desnecessário ir além desta conclusão.

### E. “Muitas vezes o autor não sabe o que quer dizer”

Desde que o Sócrates de Platão conversou com os poetas e exortou-os a explicar (com resultados bastante insatisfatórios) “algumas das mais elaboradas passagens de seus próprios escritos”, tornou-se um lugar comum afirmar que um autor frequentemente não sabe realmente o que quer dizer.<sup>21</sup> Kant insistiu que nem mesmo Platão sabia o que queria dizer e que ele, Kant, podia entender alguns dos escritos de

<sup>20</sup> Ver Capítulo 2, secções D e E.

<sup>21</sup> Platão, *Apologia*, 22 b-c.

Platão melhor que o próprio Platão.<sup>22</sup> Tais exemplos de ignorância autoral estão entre as armas mais prejudiciais do ataque ao autor. Se for possível mostrar (como parece ser o caso) que, em algumas instâncias, o autor não sabe realmente o que quer dizer, então parece que a consequência lógica é que o sentido do autor não pode constituir um princípio ou norma geral para a determinação do sentido do texto e é exatamente este tipo de princípio normativo geral que é necessário na definição de um conceito de validade.

Nem todos os casos da ignorância autoral são do mesmo tipo. Platão, por exemplo, sem qualquer dúvida, sabia muito bem o que queria dizer por meio de sua teoria das Ideias, mais é bastante possível que, como Kant acreditava, a teoria das Ideias tinha implicações diferentes e mais gerais que aquelas enunciadas por Platão em seus diálogos. Apesar de Kant denominar isto de compreender o autor melhor que o autor compreende a si mesmo, a expressão é inexata, pois não foi o sentido de Platão que Kant compreendeu melhor que o autor, mas, mais precisamente, o assunto que Platão tentava analisar. A percepção de que a compreensão das Ideias por Kant era superior à de Platão implica que há um assunto para o qual o sentido de Platão era inadequado. Se não fizermos esta distinção entre assunto e sentido, não temos base para julgar que a compreensão de Kant é melhor que a de Platão.<sup>23</sup> A afirmação de Kant teria sido mais precisa se ele tivesse dito que entendeu as Ideias melhor que Platão, não que ele entendeu o sentido de Platão melhor que o próprio Platão. Se não fizermos, e mantermos, a distinção entre o sentido de um homem e seu assunto, não podemos distinguir entre os sentidos que são verdadeiros ou falsos, melhores ou piores.

Este exemplo ilustra um dos dois tipos principais de ignorância autoral. Ele tem a maior importância naqueles gêneros de escrita que aspiram a dizer a verdade sobre um assunto em particular. O outro principal tipo de ignorância autoral não diz respeito ao assunto, mas ao sentido autoral em si e pode ser ilustrado toda vez que uma conversa casual é submetida a uma análise estilística:

“Você sabia que aquelas duas últimas sentenças que usou tinham construções paralelas que enfatizam sua semelhança de sentido?”

“Não! Que astuto! Acredito que queria realmente enfatizar a semelhança, ainda que não tivesse me dado conta disso de forma consciente e não percebi que estava usando ferramentas retóricas para fazer isso”.

O que este exemplo simples ilustra é que geralmente há componentes de um sentido intencionado por um autor dos quais ele não está consciente. É precisamente aqui, quando um intérprete percebe esses sentidos intencionados, mas inconscientes, que ele pode legitimamente alegar compreender o autor melhor que o próprio autor. Mas aqui, uma vez mais, um esclarecimento é necessário. O direito do intérprete de fazer tal alegação existe apenas quando ele, cuidadosamente, evita confundir sentido e assunto, como no exemplo de Kant e Platão. O intérprete pode acreditar que está inferindo implicações que são acompanhamentos “necessários” para o sentido autoral, mas tais acompanhamentos necessários raramente são componentes inevitáveis do *sentido* de alguém. Eles tornam-se associações necessárias

<sup>22</sup> Immanuel Kant, *Critique of Pure Reason*, trans. N. K. Smith (London, 1933), A 314, B 370, p. 310: “I shall not engage here in any literary inquiry into the meaning which this illustrious author attached to the expression. I need only remark that it is by no means unusual, upon comparing the thoughts which an author has expressed in regard to his subject, whether in ordinary conversation or in writing, to find that we understand him better than he has understood himself” – “Não entrarei aqui em nenhuma investigação literária do sentido que este ilustre autor associou à expressão. Preciso apenas observar que não é, de forma alguma, raro descobrir, quando comparamos os pensamentos que um autor expressou em relação a seu assunto, tanto na conversação do dia a dia como por escrito, que o entendemos melhor do que ele entendeu a si próprio”.

<sup>23</sup> A distinção entre sentido e assunto é discutida no Capítulo 2, seção F e é uma das bases para as minhas objeções à identificação que Gadamer faz entre sentido e *Sache*. Ver Apêndice II, p. 247-49.

apenas em relação a um determinado *assunto*.<sup>24</sup> Por exemplo, ainda que o conceito “dois” implique necessariamente toda uma série de propriedades incluindo as de sucessão, de número inteiro, de conjunto e assim por diante, estas podem não estar implicadas em determinado uso da palavra, uma vez que tal uso pode ser inadequado ou errado em relação ao assunto do qual “dois” faz parte. Apenas em relação àquele assunto subsiste a necessidade da implicação. Logo, alegando que percebemos implicações das quais o autor não estava consciente, podemos, às vezes, distorcer ou falsificar o sentido daquilo que ele estava consciente, o que não é uma “melhor compreensão”, mas apenas uma má compreensão do sentido do autor.

Mas, vamos assumir que esta má compreensão foi evitada e que o intérprete realmente explicitou certos aspectos do sentido inquestionável de um autor do qual ele não estava consciente – como ocorreu na análise estilística da conversa casual. Uma questão adicional então se coloca: Como pode um autor querer dizer alguma coisa que não quis dizer? A resposta para esta questão é muito simples. Não é possível querer dizer alguma coisa que não se quis dizer ainda que seja bem possível querer dizer alguma coisa da qual não se está consciente em termos de seu sentido. Este é o problema integral do argumento baseado na ignorância autoral. Que um homem pode não estar consciente de tudo aquilo que quis dizer não é um fato mais digno de nota do que não estar consciente de tudo aquilo que faz. Há uma diferença entre sentido e consciência de sentido e, dado que o sentido é uma questão de consciência, pode-se dizer que há uma diferença entre consciência e consciência de si. De fato, quando o sentido de um autor é complicado, ele não pode, em um dado momento, prestar atenção a todas suas complexidades. Mas a distinção entre sentidos esperados e não esperados não é a mesma coisa que a distinção entre aquilo que um autor quis dizer e aquilo que não quis dizer.<sup>25</sup> Nenhum exemplo de ignorância autoral com relação a seus sentidos pode indicar, de forma legítima, que o sentido intencionado e o sentido do texto são duas coisas diferentes.

Outras variedades de ignorância autoral são, portanto, de pouco interesse teórico. Quando Platão observa que poetas não podem *explicar* aquilo que queriam dizer, ele deu a entender que os poetas são fúteis, tolos e vagos – principalmente em relação à suas “passagens mais elaboradas”. Mas, ele não poderia afirmar que um sentido vago, incerto, confuso e pretensioso não é um sentido ou que não é o sentido do poeta.<sup>26</sup> Mas mesmo quando um poeta declara que seu poema significa qualquer coisa que alguém crê significar (como é o caso de alguns escritores modernos que acreditam na teoria atual do sentido público e da irrelevância autoral), então, sem dúvida, seu poema pode não significar nada em particular. Porém, mesmo nestes casos limite é ainda o autor que “determina” o sentido.

Um último exemplo da ignorância autoral, um favorito entre os críticos literários, baseia-se no exame dos primeiros rascunhos de um autor e que frequentemente indica que aquilo que o autor aparentemente intencionava dizer quando começou a escrever é, no mais das vezes, bem diferente daquilo que seu trabalho final diz. Tais exemplos mostram como considerações de estilo, gênero e tessitura local podem ter um papel importante no sentido final, em comparação com a intenção original, mas essas interessantes observações tem muito pouca significação teórica. Se um poeta, em seu primeiro rascunho, busca dizer alguma coisa diferente do sentido de seu último texto, isto não implica que alguma outra instância que não o poeta está produzindo o sentido. Se um poeta destaca um efeito local que originalmente não tinha

<sup>24</sup> Esta distinção não foi observada no interessante ensaio de O. Bollkrow, “Was heisst es einen Verfassen zu verstehen besser als er sich selber verstand hat?” em *Das Verstehen, Drei Aufsätze zur Theorie des Geisteswissenschaften* (Mainz, 1949).

<sup>25</sup> Para uma discussão dos chamados sentidos conscientes e inconscientes, ver Capítulo 2, secções D e E.

<sup>26</sup> Ou, pelo menos, da musa que possuiu temporariamente o poeta – a musa sendo, nestes casos estranhos, o autor real.

tido a intenção de produzir, então que assim seja, se isso faz o poema melhor. Isto certamente não implica que o autor não quis dizer aquilo que disse ou que seu texto não quer dizer aquilo que buscou significar.

Se há alguma moral nas análises deste capítulo, é que o sentido é uma questão de consciência e não de sinais ou objetos físicos. A consciência é, por sua vez, um problema que envolve pessoas e, na interpretação textual, as pessoas envolvidas são o autor e o leitor. Os sentidos atualizados pelo leitor ou são compartilhados com o autor ou pertencem ao leitor apenas. Ainda que esta afirmação da questão vá contra nosso profundamente arraigado senso de que a linguagem carrega seu próprio sentido autônomo, ela, de forma nenhuma, nega o poder da linguagem. Ao contrário, ela supõe que todo sentido comunicado por um texto depende, em algum grau, da linguagem; ela supõe que nenhum sentido textual pode transcender as possibilidades de sentido e o controle da linguagem na qual é expresso. Aquilo que foi negado aqui é que os signos linguísticos podem, de alguma forma, expressar seu próprio sentido – uma ideia mística que nunca foi defendida de forma persuasiva.

**Recebido em:** 29/04/2014      **Aceito em:** 29/04/2014

**Referência eletrônica:** HIRSCH Jr., E. D. Em defesa do autor. In: *Validade em interpretação*. Tradução e apresentação: Samira Murad. Rev. Cria. Crít., São Paulo, n. 12, p.195-210, jun. 2014. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/criacaoecritica>>. Acesso em: dd mm aaaa.

**DOI:** <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-1124.v0i12p195-210>.